

O Retrato Institucional da Educação de Jovens e Adultos em Petrópolis

Rosane Karl Ramos¹

RESUMO

Este trabalho apresenta dados preliminares da pesquisa em andamento da autora sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Com um histórico de imperialismo e colonialismo muito acentuado, Petrópolis caminha com passos tímidos rumo ao cumprimento da meta 9 do Plano Nacional de Educação e vem implementando ações afirmativas a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 também visando essa meta. A pesquisa faz um breve levantamento histórico da educação em Petrópolis, com o objetivo de mostrar como as relações coloniais entre senhores e escravizados se reproduziram e continuam presentes na implantação das políticas públicas educacionais do município para esta modalidade. Com base no pensamento decolonialista (Mignolo; Quijano; Walsh; Said) e no conceito de imaginário social (Taylor), a pesquisa vem sendo elaborada a partir do levantamento bibliográfico-histórico da educação no município e de suas políticas educacionais; do levantamento de dados sobre a EJA no sistema e-Cidade (a partir de 2018) e do Censo Escolar; e de revisão de literatura sobre a educação de jovens e adultos nos últimos cinco anos. O trabalho de campo vem sendo desenvolvido por meio de entrevistas semi-estruturadas com estudantes da modalidade. A análise preliminar dos dados indica que a EJA, no município de Petrópolis, é resultado de séculos de dominação colonial, dominação essa física, simbólica e sobretudo do imaginário social (Taylor, 2004) coletivo e individual de seus habitantes. As políticas públicas voltadas para a EJA, quando implementadas no município, sofreram adaptações, releituras, ressignificações, como ocorre com todo texto político (Ball, 1998). A partir de 2023, pós-pandemia e pós um governo federal que buscou o desmonte da educação em geral, a EJA tenta respirar os ares da mudança de paradigma, de imaginário e de horizontes, por exemplo com a implementação de ações visando uma educação antirracista no município.

Palavras-chave: Educação em Petrópolis/RJ, Políticas públicas em Educação de Jovens e Adultos, Imaginário social, Protagonismo discente.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil possui uma trajetória marcada por desafios e transformações, refletindo as complexidades sociais, econômicas e culturais do país. A origem da EJA remonta ao início do século XX, quando os primeiros esforços para alfabetizar a população adulta começaram a ganhar forma.

¹ Doutora em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), rosane.karl@gmail.com.

Na década de 1940, a educação de adultos aparece de forma mais contundente nos textos oficiais e nas preocupações dos administradores, ganhando uma formulação e identidade específicas:

Pelo Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, criava-se o Fundo Nacional do Ensino Primário. Em 1945, com o Decreto nº 19.513, foi regulamentado o Fundo, prevendo-se a destinação de 25% dos recursos à educação de adolescentes e adultos. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-lei nº 8.529 estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Primário, que previu o Curso Primário Supletivo (Título II, Cap. III), permitindo-se o ingresso nele de jovens com idade mínima de 13 anos. Completava-se o aparato institucional com a criação do Serviço de Educação de Adultos no Departamento Nacional do Ensino Primário. (MOVIMENTO PELA BASE, 2022, p. 9)

Um exemplo localizado de ação em prol da educação de adultos foi a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", criada em Natal, estado do Rio Grande do Norte, em fevereiro de 1961. Nessa campanha foi implantado o ensino primário para crianças nos bairros pobres, em escolas de chão batido, cobertas de palha e metodologia inovadora. Valorizavam-se as festas, músicas e danças populares e instalaram-se bibliotecas populares, praças de cultura, museus de arte popular.:

A 'Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler', como ação de alfabetização de crianças, jovens e adultos, ocorrida no período de 1961 a 1964, nos evidencia que os saberes escolares na relação de ensino e aprendizagens, nos processos de alfabetização não são os únicos que formam os/as alunos/as da Campanha [...] Os espaços não escolares fazem parte do todo da 'Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler' e são potencialmente lugares de formação cultural e política. (AQUINO; PINHEIRO, 2019, p.6)

A Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (1962-1963) foi instituída duas vezes: a primeira com Jânio Quadros (Decreto nº 51.222, de 22 de agosto de 1961) e a segunda com João Goulart (em 22 de maio de 1962, e já na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024/61, por meio do Decreto nº 51.470). A Mobilização compreendia o envolvimento de outras instâncias de governo e da sociedade civil organizada, utilização ampla da radiodifusão, manutenção das mobilizações

(campanhas) anteriores e instituição de registro do mérito com medalhas e menções (Movimento pela Base, 2022).

A década de 1960 se inicia, portanto, com uma efervescente mobilização para e na Educação de Adultos, com o trabalho dos Centros Populares de Cultura (CPC)¹, Movimentos de Cultura Popular (MCP)² e Movimento de Educação de Base (MEB)³. (MOVIMENTO PELA BASE, 2022, p. 11)

Além desta iniciativa, nos anos 1960 e 1970 o cenário político influenciou diretamente o desenvolvimento da EJA. O período da ditadura militar trouxe restrições, mas também iniciativas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que buscava reduzir os índices de analfabetismo no país. No entanto, o enfoque muitas vezes utilitarista e centralizador dessas políticas limitou seu impacto transformador.

A redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 abriram novos caminhos para a EJA, reconhecendo a educação como um direito de todos e promovendo a inclusão de jovens e adultos na educação básica. Na década de 1990, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e do Programa de Alfabetização Solidária representaram avanços significativos, abordando as necessidades educacionais específicas de populações rurais e urbanas marginalizadas (Andrade; Di Pierro, 2005).

Atualmente, a EJA é uma modalidade consolidada dentro do sistema educacional brasileiro, amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, desafios persistem, como a evasão escolar, a adequação curricular às realidades dos estudantes, a juvenilização da modalidade (Pereira; Oliveira, 2018) e a formação continuada dos educadores. As políticas públicas atuais buscam enfrentar essas questões, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente da idade.

De acordo com publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, em 2018 havia 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,8%, números que revelam a grande lacuna que existe na educação.

Em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, os índices são igualmente perversos. Segundo os dados do Censo 2010, a taxa de analfabetismo nas populações acima de 15 anos no município era de 3,9%, isto é, havia 9.280 pessoas com mais de 15 anos de idade analfabetos. De acordo com o site Programa Cidades Sustentáveis, pouquíssimas dessas

peças desejam ingressar ou retornar às escolas. Com um histórico de imperialismo e colonialismo muito acentuado, este município caminha com passos tímidos rumo ao cumprimento da meta 9 do Plano Nacional de Educação. A Rede Municipal de Educação de Petrópolis vem implementando ações afirmativas a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estão trazendo modestos avanços também para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Este trabalho traz um breve levantamento histórico da educação em Petrópolis, com o objetivo de mostrar como as relações coloniais entre senhores e escravizados se reproduziram e continuam presentes na implantação das políticas públicas educacionais do município para esta modalidade. Para ilustrar essa hipótese são apresentados fragmentos de entrevistas realizadas com estudantes da modalidade ao longo do 1º. Semestre de 2023, visando fomentar o protagonismo estudantil destes que lutam dia-dia por seu direito à educação, conforme estabelecido pela Constituição Federal (Art. 205, 1988) e corroborando o pensamento de Costa (2003), que afirma que “[existe] a necessidade tanto de entender melhor aprendizagem e a produção de conhecimento por jovens e adultos não escolarizados, quanto de entender as possibilidades de construção das lógicas desenvolvidas por esses sujeitos, no sentido de instrumentalizar as experiências educativas” (p. 125).

Este trabalho apresenta dados preliminares da pesquisa em andamento da autora sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Com um histórico de imperialismo e colonialismo muito acentuado, Petrópolis caminha com passos tímidos rumo ao cumprimento da meta 9 do Plano Nacional de Educação e vem implementando ações afirmativas a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 também visando atingir essa meta.

O objetivo geral da pesquisa é investigar se o passado de subjugação do povo negro e pobre na cidade se reflete nos dados da EJA no município atualmente.

Apresento aqui um breve levantamento histórico da educação em Petrópolis, com o objetivo de mostrar como as relações coloniais entre senhores e escravizados se reproduziram e continuam presentes na implantação das políticas públicas educacionais do município para esta modalidade. Com base no pensamento decolonialista (Mignolo, 2003; Quijano, 1997; Walsh, 2003; Said, 2007) e no conceito de imaginário social (Taylor), a pesquisa vem sendo elaborada a partir do levantamento bibliográfico-histórico da educação no município e de suas políticas educacionais; do levantamento de dados sobre a EJA no sistema e-Cidade (a partir de 2021) e do Censo Escolar; e de revisão de

literatura não-extensiva sobre a educação de jovens e adultos. O trabalho de campo vem sendo desenvolvido por meio de entrevistas semi-estruturadas com estudantes da modalidade.

Os resultados preliminares apontam que a partir de 2023, pós-pandemia e pós um governo federal que buscou o desmonte da educação em geral, a EJA em Petrópolis vem tentando respirar os ares da mudança de paradigma, de imaginário e de horizontes, por exemplo com a implementação de ações visando uma educação antirracista no município. Além disso, a EJA no município parece ter uma cor predominante, uma faixa etária e classe social bem definidos, dando prosseguimento à história da colonização no município.

Este artigo está dividido em introdução, metodologia, referencial teórico, discussão e considerações finais.

METODOLOGIA

A pesquisa vem sendo elaborada a partir do levantamento bibliográfico-histórico da educação no município de Petrópolis e de suas políticas educacionais; do levantamento de dados sobre a EJA no sistema e-Cidade² (a partir de 2021) e do Censo Escolar; e de revisão de literatura não extensiva sobre a educação de jovens e adultos. O trabalho de campo vem sendo desenvolvido por meio de entrevistas semi-estruturadas com estudantes da modalidade, convidados a participar da pesquisa diretamente pela autora ao longo do 1º. semestre de 2023. As entrevistas são individuais, registradas em áudio e realizadas nas escolas onde estudam.

A metodologia adotada foi predominantemente qualitativa a partir de revisão de literatura, incluindo os documentos que tratam de Educação de Jovens e Adultos (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – Parecer CNE 11/2000 CEB; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000; PNLD – EJA: Resolução nº 51 de 16/09/2009; Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos de 15/06/2010) e artigos em Português usando as palavras-chave: “Educação de Jovens e Adultos; EJA;

² O e-cidade destina-se a informatizar a gestão dos municípios brasileiros de forma integrada.
<https://softwarepublico.gov.br/social/e-cidade/sobre-o-software>

direitos dos jovens e adultos na educação; alfabetização de adultos; sujeitos da EJA”. Foram encontrados cerca de 20 títulos, incluindo revistas e dossiês na área.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado para a análise dos documentos e textos girou em torno do pensamento decolonial (Mignolo; Quijano; Walsh; Said) e no conceito de imaginário social de Charles Taylor (2004).

A pesquisa fundamenta-se na perspectiva decolonial a partir dos trabalhos de Walter Mignolo (2003), Aníbal Quijano (1997) e Catherine Walsh (2009, 2016), que criticam a colonialidade do saber, do poder e do ser. Esses autores revelam como as hierarquias impostas pelo colonialismo permanecem na estrutura social e cultural contemporânea, perpetuando desigualdades e modos eurocêntricos de produção do conhecimento. Em contextos como o de Petrópolis, uma cidade marcada por sua identidade imperial e pela herança escravocrata, essas dinâmicas se refletem na exclusão de certos grupos sociais, especialmente no campo da educação de jovens e adultos, que historicamente foi negligenciada e vista como espaço marginal.

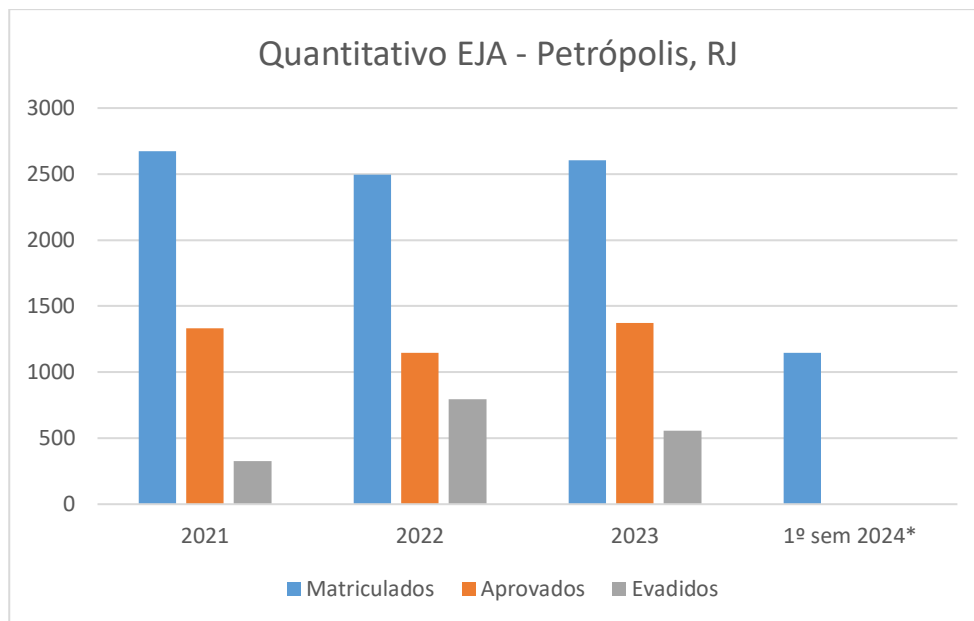
Por outro lado, o conceito de imaginário social de Charles Taylor (2004) contribui para compreender como determinadas visões de mundo, crenças e narrativas coletivas moldam as práticas sociais e sustentam as desigualdades. Taylor argumenta que o imaginário social é responsável por organizar as relações sociais e justificar o status quo, naturalizando assim a exclusão de certos grupos. Em Petrópolis, o mito da cidade imperial e seu passado escravocrata influenciam não apenas as práticas cotidianas, mas também a percepção sobre quem merece acesso a oportunidades educacionais e em que condições.

A articulação entre a perspectiva decolonial e o conceito de imaginário social permite analisar de forma crítica como o sistema educacional reflete e reforça as desigualdades estruturais. A educação de jovens e adultos, nesse sentido, emerge como uma arena de resistência, onde sujeitos historicamente marginalizados podem construir novos sentidos para sua participação na sociedade. Ao destacar as vozes e experiências desses sujeitos, o estudo busca tensionar o legado colonial e a naturalização das exclusões presentes no imaginário social que permeia a história de Petrópolis.

DISCUSSÃO

De acordo com o IBGE, a população de Petrópolis em 2024 é estimada em 294.983 pessoas, o que representa um aumento de 5,77% em relação ao Censo Demográfico de 2022. O número de escolas municipais é de 192 (incluindo Centros de Educação Infantil); escolas estaduais no município são 12, e em agosto de 2024, eram 13 escolas municipais oferecendo a modalidade Educação de Jovens e Adultos (Fases Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)³.

Esta pesquisa foi iniciada em janeiro de 2023, a partir da observação dos dados do município à época, que indicavam que o quantitativo de matrículas na modalidade vinha oscilando. Concomitantemente, o número de evasão continuava alto.



*Sem dados sobre aprovados e evadidos até o momento da última averiguação (03/07/24)

Elaboração da autora a partir dos dados cadastrados na plataforma e-Cidade.

Por meio dos dados acima, podemos constatar que o número de matrículas caiu em 1.528 entre 2021 (2.674) e 2024 (1.146), e que o número de estudantes evadidos é de 1.676, isto é, maior do que o número na queda das matrículas.

A Rede Municipal de Educação de Petrópolis vem implementando ações afirmativas a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estão trazendo modestos avanços também para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dentre as ações, estão

³ Dados: <https://qedu.org.br/municipio/3303906-petropolis/censo-escolar>

oficinas e encontros de formação continuada para gestores e professores da modalidade com os temas “Educação Antirracista”, equidade, Povos Originários, entre outros,

A educação e o ensino em Petrópolis, no passado, eram privilégios de uma elite social, cultural e econômica, e o processo de democratização do ensino foi muito lento e parcial. Apenas em 1937 a Prefeitura Municipal de Petrópolis estabeleceu as diretrizes para a instrução pública, entre as quais os conteúdos das disciplinas por série, os horários de funcionamento das escolas, os critérios de avaliação, as regras para os cursos noturnos, entre outros (Netto, 2005). Contudo, os públicos de cada instituição e turno de aulas eram distintos, e a então elite, predominantemente constituída por pessoas brancas, tinha acesso a um ensino cuja qualidade era reconhecida, enquanto os filhos das classes trabalhadoras, predominantemente pretos, tinham um acesso mais restrito a essa qualidade. Esse quadro parece ainda se refletir na EJA contemporânea, ilustrado por relatos de estudantes da EJA entrevistados para esta pesquisa ainda em andamento.

Para Simone⁴, de 32 anos de idade, estudar à noite traz muitos desafios, como conciliar o trabalho e as necessidades da família, para além das dificuldades cognitivas. Já para Carlos, 43 anos, o maior desafio é vencer o preconceito dos próprios colegas mais jovens, que o veem como “um velho sem ter o que fazer” (etarismo entre colegas de escola). E Gustavo, 27 anos, afirma que o fato de ser negro o impediu de estudar quando mais jovem e agora as dificuldades só aumentaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações voltadas para a EJA no município de Petrópolis vêm sendo adaptadas às demandas apresentadas pelas escolas e as políticas públicas estão sendo reformuladas a partir do ‘chão da escola’.

Mesmo com o desmonte da educação em geral pelo governo federal no período pós-pandemia, a EJA vem lutando para respirar os ares da mudança de paradigma, de imaginário e de horizontes, por exemplo com a implementação de ações visando uma educação antirracista no município.

Hoje, tanto como antes, a EJA em Petrópolis tem cor, idade e classe social bem definidos, dando prosseguimento à história da colonização no município.

⁴ Os nomes são fictícios para garantir o anonimato dos participantes da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todo o apoio e suporte à pesquisa dados pela Secretaria Municipal de Educação, em especial à Chefia do Departamento de Ensino Fundamental. Agradeço às escolas que abriram suas portas e aos estudantes que se dispuseram a conversar com a pesquisadora, compartilhando suas dificuldades de vida e de aprendizado, seus desafios e sobretudo seus sonhos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de; PINHEIRO, Rosa Aparecida. Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler: um contexto de comunidade de aprendizagem. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 57, n. 52, e-16014, abr. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352019000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 jul. 2024. Epub 13-Set-2019. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n52id16014>.

BALL, S. Big policies/Small world: an introduction to international perspectives in education policy. *Comparative Education*, 34:2, 119-130, 1998.

COSTA, R. P. “Memórias de um raizeiro”: conhecimento e cultura na Educação Popular e na Eja. IN: SALES, R.; COSTA, R. P. [Orgs.] *Educação de Jovens e Adultos: diálogos contemporâneos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

MIGNOLO, W. Globalization and the geopolitics of knowledge: the role of humanities in the corporate university. **Neplanta: Views from South**, vol. 4, issue 1, pp. 97-119, 2003.

MOVIMENTO PELA BASE. Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA. Ação Educativa/Cenpec/Instituto Paulo Freire, 2022. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/dossieeja.pdf> (Acesso: 05/04/2023)

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. Algumas considerações sobre o ensino municipal em Petrópolis. Instituto Histórico de Petrópolis, 2005. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=4203> Acesso: 20/06/2023.

PEREIRA, T. V., OLIVEIRA, R. A. A. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 2018, 29(71), 528–553. <https://doi.org/10.18222/eae.v0ix.5013>

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Anuario Mariateguiano** 10(9): 113-121, 1997. Disponível em: <http://www.decolonialtranslation.com/espanol/quijano-colonialidad-del-poder.pdf> Acesso em: 26/12/16.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TAYLOR, C. *Modern social imaginaries*. Durham: Duke University Press, 2004.

WALSH, C. (Des)Humanidad(es) e universidad(es). IN: **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo: Itaú Cultural. no. 20, jan./jun. 2016.

_____. Interculturalidad y (De)Colonialidad. Perspectivas críticas y políticas. Comunicação apresentada no **XII Congresso ARIC (Association Internationale pour La Recherche Interculturelle)**, Florianópolis, 29 de junho de 2009.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.